



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LETRAS**

**JOSÉ LEONARDO FERNANDES DE SOUZA**

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: CONCEPÇÕES  
CULTURAIS E LINGUÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS –  
DIFERENÇA OU DEFICIÊNCIA?**

**GUARABIRA  
2018**

**JOSÉ LEONARDO FERNANDES DE SOUZA**

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: CONCEPÇÕES  
CULTURAIS E LINGUÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS –  
DIFERENÇA OU DEFICIÊNCIA?**

Trabalho de Conclusão de Curso em Letras da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
graduado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jailto Luis Chaves de  
Lima Filho.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Fernanda Barboza  
de Lima.

**GUARABIRA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719e Souza, José Leonardo Fernandes de.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais [manuscrito] : concepções culturais e linguísticas da educação dos surdos - diferença ou deficiência? / Jose Leonardo Fernandes de Souza. - 2018.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

\*Orientação : Prof. Dr. Jailto Luis Chaves de Lima Filho., Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - CCBSA."

\*Coorientação: Profa. Dra. Fernanda Barboza de Lima., UFPB - Universidade Federal da Paraíba"

1. Surdo. 2. Língua e Cultura. 3. Deficiência e Diferença.

21. ed. CDD 419

JOSÉ LEONARDO FERNANDES DE SOUZA

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: CONCEPÇÕES  
CULTURAIS E LINGÜÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS –  
DIFERENÇA OU DEFICIÊNCIA?**

Trabalho de Conclusão de Curso em Letras da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
graduado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jailto Luis Chaves de  
Lima Filho.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Barboza  
de Lima.

Aprovada em: 13 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Jailto Luis Chaves de Lima Filho  
Prof. Dr. Jailto Luis Chaves de Lima Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Fernanda Barboza de Lima  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Barboza de Lima (Co-orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Luana Cristiana Santos de Lima  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luana Anastácia de Lima  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pela educação, dedicação e apoio,  
**DEDICO.**

## AGRADECIMENTOS

À Deus, minha fortaleza.

Aos meus pais, **Sr. José Antônio** e a **Sra. Maria Fernandes**, por sempre me mostrar o caminho certo a ser seguido.

A minha esposa, **Edna Ranielly**, por sempre me apoiar em todos os momentos me aturando e ainda sim me incentivando a continuar nos momentos mais complicados.

Aos professores **Jailton de Lima** e **Fernanda Barbosa** por me orientarem na produção deste trabalho.

Nos mais, à todos que fazem parte do quadro de funcionários da UEPB CAMPUS III, Guarabira PB.

## SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	08
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1	Cultura(s): um passeio filosófico .....	09
2.2	História dos surdos e as Abordagens/Metodologias de ensino de língua.....	12
3.	ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	17
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
	REFERÊNCIAS .....	22

## O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: CONCEPÇÕES CULTURAIS E LINGUÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS – DIFERENÇA OU DEFICIÊNCIA?

José Leonardo Fernandes de SOUZA\*

### RESUMO

A história dos surdos é permeada pela cultura e pela língua num processo de avanços e retrocessos. Para compreendê-la mais facilmente, é viável recorreremos a estudos que se comprometam com os aspectos sócio-históricos e culturais desse grupo social. Nosso objetivo geral é analisar as noções de cultura e a sua relação com as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos. Utilizamos a metodologia qualitativa, a pesquisa bibliográfica e recortes de entrevistas semiestruturadas (LIBERALI e LIBERALI, 2011). O objetivo proposto foi alcançado, dado que, verificamos os diferentes conceitos de cultura e conseguimos conectá-los com o ensino de língua para surdos, identificando, assim, a abordagem/metodologia bilíngue como a mais eficaz, haja vista que, o Bilinguismo respeita a cultura do surdo no sentido antropológico e histórico; valoriza a Língua de Sinais como língua natural (L1) do surdo; e, constrói seus alicerces nos parâmetros da diferença e não da deficiência. Utilizamos como aporte teórico, Chauí (2000), Sá (2006), Salles et al (2004), Silva e Nembri (2010), entre outros.

**Palavras-chave:** Surdo. Língua e Cultura. Deficiência e Diferença.

### ABSTRACT

The history of the deaf is permeated by culture and by the process of advances and setbacks. To understand and flexibilize, it is feasible to resort to studies that compromise the socio-historical and cultural dimensions of the social group. The objective of this article is to analyze the notions of culture and its relationship with the main educational drivers / methodologies directed to the deaf. It uses a qualitative methodology, a bibliographical research and semi-structured interviews (LIBERALI and LIBERALI, 2011). The objective was to give, it was the one that gave, verified the different concepts of culture and the students were compatible with the teaching of Portuguese for life, thus identifying a more effective approach / teaching methodology, having the vision of, Bilingualism respects the culture of the deaf in the anthropological and historical sense; values the sign language as the natural language (L1) of the deaf; and, builds its foundations on the parameters of difference rather than deficiency. We use as theoretical contribution, Chauí (2000), Sá (2006), Salles et al (2004), Silva and Nembri (2010), among others.

**Keywords:** Deaf. Language and Culture. Disability and Difference.

---

\* Graduando em Letras (Habitação Português-Inglês) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: leonardofersou@hotmail.com.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao nos debruçarmos sobre a história dos surdos, percebemos que ela é marcada por tensões/conflitos e que não sabemos, ao certo, se estamos vivenciando tempos de avanços ou retrocessos.

Diante desse cenário conflituoso, acreditamos fazer-se necessário propor estudos que interliguem língua e cultura, dessa forma, teremos uma noção mais clara sobre qual abordagem e metodologia de ensino de língua é mais eficiente para a educação dos surdos. Defendemos a hipótese de que, olhar a língua como um artefato cultural, nos ajuda a compreender o lugar da Língua de Sinais (LIBRAS)<sup>†</sup> na vida e educação dos surdos.

Este artigo tem como objetivo geral analisar as noções de cultura e a sua relação com as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos. Temos também alguns objetivos específicos que precisam ser mencionados, tais como: pontuar os aspectos positivos ou/e negativos de cada abordagem/metodologia de ensino de línguas; defender teoricamente a abordagem e metodologia bilíngue na escola; ressaltar a prática bilíngue como meio de valorização das diferenças culturais (em especial as linguísticas); ilustrar, a partir da visão do surdo, o que significa a Língua de Sinais e a Cultura surda e auxiliar na desconstrução da ideia de deficiência atrelada aos surdos.

Quanto ao critério metodológico, podemos afirmar que a nossa proposta assume um viés metodológico qualitativo, dado que não recorremos “[...] à matemática para a compreensão dos fenômenos sociais”. O estudo a qual nos propomos está muito mais para o campo dos significados e da subjetividade humana; da não quantificação e da valorização da interpretação. Assumiremos, ainda, a pesquisa bibliográfica, ou seja, empregaremos os estudos já produzidos sobre a temática para concretizar este trabalho. Além disso, manusearemos recortes de entrevistas semiestruturadas, coletadas pela Editora Arara Azul e publicada na Revista Virtual de Cultura Surda, em 2008 (LIBERALI e LIBERALI, 2011, p. 20).

Para melhor compreensão do estudo, a fundamentação teórica será segmentada em três partes. No primeiro tópico iremos discutir sobre os diferentes conceitos de cultura, aportado em Chauí (2000), Geertz (2008), entre outros. No segundo tópico discorreremos sobre a história dos surdos e sobre as abordagens/metodologias de ensino de língua para surdos, ancorados em Moura (2000), Sá (2006), Salles et al (2004), Silva e Nembri (2010), entre

---

<sup>†</sup> Língua Brasileira de Sinais, no caso do Brasil.

outros. No terceiro tópico, efetuaremos uma análise e discussão teórica, sustentadas nos estudos realizados por Candau (2008) e Sá (2006) e por recortes da entrevista realizada pela Revista Virtual de Cultura Surda: Editora Arara Azul, com a pedagoga surda Karin Strobel, em 2008. Na referida etapa tentaremos articular as noções de cultura com as abordagens/metodologias de ensino de língua. Além disso, traremos os já mencionados recortes a fim de conectar o discurso de Strobel e o embasamento teórico proposto.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse estudo, como o próprio título indica, tem como protagonistas os Surdos e a Língua de Sinais numa relação intrínseca com o ensino. Vale ressaltar, porém, que antes de adentrarmos no universo das mãos, é preciso discorrer sobre algumas questões, a citar: a cultura. Na verdade, ousou falar que seria impossível tratar do ensino de língua sem levar em conta a cultura que perpassa o surdo.

### 2.1 Cultura(s): um passeio filosófico

Falar em cultura implica ter que lidar com vários momentos históricos e com diferentes visões filosóficas. Não é possível estabelecer uma definição única, dado que, o ser humano é multifacetado e carrega consigo uma pluralidade de conceitos culturais. Diante desse fato, nos resta apenas destrinchar tais conceitos de modo mais claro possível.

No livro *Convite à Filosofia*, publicado em 2000 pela Editora Ática, a professora Marilena Chauí aborda, de modo preciso, diversas definições de cultura. Ela situa o conceito de cultura em três eixos: Cultura e Natureza, Cultura e História, Cultura e Antropologia.

No primeiro eixo, Chauí (2001, p. 371) traz as seguintes definições de cultura:

Vinda do verbo latino colere, que significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Cultura significava o cuidado do homem com a Natureza. [...]. Significava, também, cuidado dos homens com os deuses. [...]. Significava, ainda, o cuidado com a alma e o corpo das crianças, com sua educação e formação. [...]. A Cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento) (CHAUÍ, 2001, p. 371).

A princípio, cultura estava associada, em seu sentido literal, com a natureza (cultivo/cuidado com a terra). Após essa fase inicial, o ato de cultivar não estava mais restrito

ao cuidado com a terra, mas ao cuidado de outros elementos: os deuses, educação da criança, entre outros.

É somente a partir do século XVIII que o termo *cultura* ganha novas nuances semânticas. Ele passa a ser conceituado como os resultados da formação ou educação humana; “resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a Filosofia, os ofícios, a religião e o Estado” (CHAUÍ, 2001, p.371).

Ainda no século XVIII a cultura passa a ser “sinônimo de civilização e, uma formulação mais antiga e extrema do contraste, oposta a barbarismo” (LYONS, 2008, p.273). Logo, essa nova visão de cultura/civilização, geraria o “processo que arranca a humanidade da ignorância e da irracionalidade” (CUCHE, 1999, p.22). A cultura/civilização, então, seria o modo pelo qual as instituições, as legislações e a educação poderiam ser melhoradas.

No segundo eixo, Chauí (2001) afirma que o conceito de cultura deixa de atrelar-se ao conceito de natureza e passa a estar muito mais ligado à história. Cultura já não é mais vista como uma segunda natureza que aprimora a primeira natureza inata dos homens, pois ela não é uma lei natural e universal que não sofre intervenções humanas. Enquanto, nessa concepção, a natureza é do campo da repetição, a cultura é do campo da transformação racional.

A noção de Cultura e História está solidificada em dois importantes estudiosos: Hegel e Marx. “Para o primeiro, o tempo é o modo como o Espírito Absoluto ou a razão se manifesta e se desenvolve através das obras e instituições [...]” (CHAUÍ, 2001, p.373), ou seja, sem uma fenda temporal (histórica) e sem as manifestações do espírito é impossível a existência da cultura. O segundo confronta Hegel ao dizer que não devemos “confundir a História-Cultura com a manifestação do espírito” (CHAUÍ, 2001, p.373), nem tão pouco a cultura como consequência das escolhas humanas, mas como o resultado de condições materiais já pré-determinadas.

A História-Cultura, na visão marxista, é marcada por um tempo que manifesta as lutas reais da humanidade, atrelada às condições materiais de existência. Ela é fruto das relações sociais perpassadas por classes antagonicas num movimento de luta pelo abate da opressão social, da dominação política e da exploração econômica.

No terceiro eixo, Chauí (2001) discursa sobre outro conceito de cultura denominado por Cultura-Antropologia. Nele, ao contrário de Hegel e Marx, a história ou o tempo não é tomado como alicerce para a construção da noção de cultura, dado que o objetivo dos antropólogos não é determinar um conceito de cultura, mas tentar explicar como a cultura é efetuada e gerida pelos homens; em que momento o homem deixa de pertencer

exclusivamente à ordem do natural e passa a se afirmar “[...] como diferentes fazendo o mundo cultural surgir” (CHAUÍ, 2001, p. 374).

Esse surgimento se dá quando a cultura passa a ser encarada “[...] como conhecimento adquirido socialmente: Isto é, o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade” (LYONS, 1982, p. 274). De maneira tal, que se entende quais as regras e os costumes que regem o meio social no qual vive.

Nesse sentido, Geertz (2008) reforça o exposto anteriormente ao propor duas ideias acerca de cultura.

A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas") — para governar o comportamento. A segunda ideia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento. (GEERTZ, 2008, p. 32-33)

O primeiro elemento que podemos compreender, a partir da primeira ideia do autor, é que a cultura vai além do concreto, isto é, não devemos visualizar a cultura, apenas, como resultado daquilo que nossos órgãos sensoriais conseguem determinar. Já na segunda ideia podemos depreender que a própria existência humana está condicionada às concepções culturais, de modo que um não pode ser concebido independentemente do outro. Dessa forma, “Os homens são pura e simplesmente o que a sua cultura faz deles” (GEERTZ, 2008, p. 27)

Para os antropólogos, o que demarca a separação do homem-natureza e a instauração do homem cultural é a regra, norma ou lei universal válida para toda uma sociedade ou comunidade. Essa lei funciona como um imperativo social que determina como a sociedade ou comunidade é conduzida, desde a criação dos costumes até a fundação das instituições sociais.

A lei não é uma simples proibição para certas coisas e obrigação para outras, mas é a afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é simplesmente natural (física, biológica). Esta ordem é a ordem simbólica. [...] Um símbolo é alguma coisa que se apresenta no lugar de outra e presentifica algo que está ausente. (CHAUÍ, 2001, p. 375).

A Lei que os antropólogos mencionam não é a lei que conhecemos atualmente a partir do campo jurídico, mas uma lei que funciona como uma espécie de “contrato simbólico” estabelecido por um ser racional como ferramenta de presentificação do ausente. A Cultura nada mais é, portanto, do que o resultado de tudo isso; o resultado da capacidade não natural que o homem tem de inventar uma ordem simbólica através do tempo, do espaço, das palavras, das memórias, dos valores etc.

A Cultura na perspectiva antropológica assume três sentidos principais:

1. Criação da ordem simbólica da lei, isto é, de sistemas de interdições e obrigações, estabelecidos a partir da atribuição de valores a coisas [...], a humanos e suas relações [...] e aos acontecimentos [...]. 2. Criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível. 3. Conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a Natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. (CHAUI, 2001, p.375).

A citação nos permite constatar o quanto o homem pode afetar e transformar a natureza por meio da sua criatividade simbólica. É essa criatividade que nos leva a falar de múltiplas culturas e não de uma cultura universal, dado que, cada formação social apresenta modos simbólicos distintos de lidar com o ausente.

## **2.2 História dos surdos e as Abordagens/Metodologias de ensino de língua**

O que precisamos apontar, inicialmente, é a inviabilidade de discutir alguns pontos históricos dos surdos sem mencionar aspectos linguísticos, dado que, a história desse público está ligada a duas vertentes: o oralismo e o não oralismo. Na Antiguidade, por exemplo, o surdo era condenado ao silêncio numa sociedade onde a oralidade era tida como o único meio de efetuação da língua.

Na Antiguidade, passando pelos gregos, pelos romanos e pela igreja de Santo Agostinho até a Idade Média, os surdos eram considerados seres inferiores e, portanto, não tinham chance de “salvação”. Este quadro só seria revertido a partir do século XVIII, quando a unanimidade acerca da oralização do surdo começa a ser quebrada, abrindo-se, a partir daí, uma brecha para a diferença que mais tarde separaria oralistas de não oralistas (SILVA e NEMBRI, 2010, p.19).

Ao ler a citação acima, construímos uma ponte entre o que é dito e o título desse artigo, isto é, interpretamos que a sociedade da antiguidade não conseguia visualizar as diferenças dos surdos (em especial as linguísticas/comunicativas), mas as suas características que fugiam da “normalidade”; por isso viam diante de si um deficiente e não o diferente.

A informação que se tem é a de que, na Antiguidade, os surdos-enquadrados entre os “deficientes” eram mortos, geralmente atirados dos penhascos. O judaísmo e o cristianismo trouxeram uma elevação na significação da surdez e dos surdos, ao defenderem a ideia de que eram pessoas como outras quaisquer [...]. O Renascimento usou anões, corcundas e deformados como espetáculos. O Iluminismo com a visão legitimadora da ciência defendeu a higienização social e isolou a “anormalidade” com a finalidade de reabilitar ou curar (SÁ, 2006, p.70-71).

Observe como o texto de Sá (2006) vai ao encontro do texto de Silva e Nembri (2010), a tal ponto que conseguimos identificar claramente o tratamento desumano e a percepção de deficiência para com os surdos. Tanto no período da antiguidade quanto na fase do Renascimento e do iluminismo, a busca por um padrão ideal era constante e, todo aquele que fugia dessa utopia precisava ser eliminado, usado como espetáculo do ridículo ou “reabilitado/curado”.

Até aqui, o pouco que discorremos sobre a história dos surdos nos permite dizer que não houve nenhuma ação educacional desenvolvida para esse público.

Somente a partir do século XVIII é que surgem as informações sobre os surdos em situações educacionais. A história moderna dos surdos geralmente começa em Paris, em 1756, quando um padre se interessa por um grupo de crianças surdas e passa a instruí-las em uma pequena escola que veio a crescer, recebeu apoio real e tornou-se uma instituição de fama internacional. (SÁ, 2006, p.71).

Algumas barreiras educacionais começam a ser desconstruídas a partir das ações educativas propostas pelo padre Charles M. de L’Epée. Nós podemos citá-lo como o primeiro professor de surdos que estabeleceu uma proposta de ensino permeada por gestos e pelo visual. Segundo Silva e Nembri (2010), o padre defendia que havia uma nítida diferença entre linguagem e fala e que o sujeito precisava desenvolver apenas a primeira; defendia, ainda, que a comunicação vai muito além da fala e que se a sociedade ouvinte fosse surda, com certeza utilizaria outros mecanismos de comunicação: mãos, cabeça e outras partes do corpo.

Podemos considerar as propostas de L'Epée como um avanço na educação dos surdos, se atentarmos para o fato de que juntar pessoas surdas em um mesmo local fez com se desenvolvesse a cultura linguística dos surdos, ao mesmo tempo em que reforçou a identidade desse público. Porém, não nos cabe aqui citar heróis, dado que, as propostas do padre também tinham um caráter excludente<sup>‡</sup>, afinal, as crianças eram isoladas do resto da sociedade; sua metodologia de ensino não abarcava a Língua de Sinais, mas uma variação de gestos manuais<sup>§</sup>.

Em 1880, a história dos surdos foi marcada pelo que consideramos um dos maiores retrocessos e apagamento cultural/identitário desses sujeitos. Foi nesse ano que ocorreu o segundo Congresso de Milão, no qual ficou instituído o oralismo como corrente de ensino de língua para os surdos.

Durante muito tempo as discussões a respeito da educação de surdos são impregnadas de uma visão médico-clínica. Essa postura foi assumida pela filosofia oralista, que acredita na normalização, preconizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, prioriza-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico. A metodologia é pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração. Aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido, recuperado. (SALLES et al, 2004, p.55).

É notável, nessa concepção, o quanto não há espaço para uma linguagem que valorize os surdos, pois a tendência é forçá-los a se inserir numa perspectiva educacional que não os representam. O Oralismo não se preocupa com as diferenças comunicativas dos surdos, mas com a “reabilitação” ou “cura” de uma “deficiência” que consideram clínica/patológica.

No Brasil, é constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com naturalidade da interação verbal, pois há uma discrepância entre os objetivos do método oral e os ganhos reais da maioria dos surdos. Apenas uma pequena parcela da totalidade de

---

<sup>‡</sup>A proposta de ensino do padre L'Epée, a princípio consistiu em reunir algumas crianças surdas da cidade de Paris e agrupa-las na sala de sua própria casa, (que posteriormente veio a torna-se uma pequena escola), instruindo-as em uma língua gestual, porém, dessa forma, elas eram privadas da sociedade oralista.

<sup>§</sup> A utilização das mãos e dos mecanismos visuais tem seus prós e seus contras. É positivo por que estabelece uma linguagem mais próxima do surdo, contudo, é negativa porque não se fazia uso da Língua de Sinais propriamente dita.

surdos apresenta habilidade de expressão e recepção verbal razoável. (SALLES et al, 2004, p. 55-56).

A abordagem oralista não somente trata a surdez como uma deficiência que precisa ser “curada”, como ela ainda é mais nociva ao exigir do surdo um treinamento que o leva a exaustão e, raramente, surte algum efeito, afinal, não há de fato uma metodologia de ensino de língua, mas um treinamento articulatório-físico totalmente descontextualizado e artificial.

Em meados do século XX, a dificuldade de sociabilidade dos surdos, a oralidade insatisfatória e os baixos índices de aprendizagem (leitura e escrita) – provocadas pela abordagem oralista acarretou o surgimento de uma nova abordagem e metodologia de ensino de língua: a Comunicação Total.

Tal perspectiva permitiu o aparecimento de práticas diversas pelas quais se combinavam língua oral, manualizada, gestos, fragmentos de língua de sinais, ou seja, qualquer recurso que colaborasse para o alcance do objetivo maior: a correta utilização da língua oral, bem como da escrita enquanto forma escolar privilegiada. (SÁ, 2006, p.78).

Para a Comunicação Total, qualquer meio de efetivação da comunicação dos surdos é válido, desde a língua oral até os gestos ou Língua de Sinais. O surdo deixa de ser um deficiente para constituir-se enquanto ser humano dotado de diferenças.

Longe de considerá-lo como portador de uma patologia de ordem médica. Entende o surdo como uma pessoa, e a surdez como uma marca [...]. Não exclui técnicas e recursos para: estimulação auditiva, adaptações de aparelho de amplificação sonora individual, leitura labial, oralização, leitura e escrita. Acrescente-se [...] que [...] estará incluindo [...] uma completa liberdade na prática de quaisquer estratégias que permitam o resgate da comunicação, total ou parcialmente, bloqueada [...] seja pela linguagem oral, seja pela de sinais, seja pela dialetologia [...]. (CICCONE, 1996, p.6).

É preciso reconhecer que essa abordagem possibilitou avanços consideráveis, pois, ao contrário do Oralismo, a Comunicação Total enxerga o surdo como uma pessoa intrincada em relações sociais e não como um mero paciente ou portador de uma doença patológica. Da primeira para a segunda filosofia podemos constatar, também, avanços nos recursos de

aprendizagem, já que, a primeira preza apenas pelo oral, enquanto a segunda valoriza todo e qualquer recurso que possibilite a comunicação e aprendizagem dos surdos.

Apesar de ultrapassar algumas barreiras oralistas, a Comunicação Total é alvo de algumas críticas. A principal delas se refere exatamente à amplitude de recursos de aprendizagem, isto é, conforme Silva e Nembri (2010), “falar e sinalizar duas línguas simultaneamente, de modo efetivo, é impossível; sempre se terá um modelo de entremeio, no qual nem se aprende a Língua de Sinais em sua plenitude, nem a língua majoritária (oral ou escrita)”. No caso do Brasil, os sinais são utilizados com características do português, ou seja, o surdo nem aprofunda a compreensão na sua modalidade de língua, nem aprofunda a compreensão na língua do ouvinte. A língua aprendida se torna, portanto, uma espécie de *pidgin*\*\* com estruturas linguísticas, ambas, modificadas.

Apesar dos surdos conseguirem se comunicar mais eficientemente do que na fase oralista, continuaram a apresentar baixos índices nas produções escritas, além da falta de autonomia linguística. O que se conclui é que a Comunicação Total permite o uso de sinais, porém, eles servem apenas como mediador da aprendizagem da língua oral, ou seja, o foco continua a ser a oralidade.

Diante dos entraves e das lacunas deixadas pelo Oralismo e pela Comunicação Total, surge uma nova abordagem e metodologia de ensino de língua – proposta por linguistas, psicólogos, antropólogos e educadores – denominada “Bilinguismo”.

A educação bilíngue [...] é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A proposta bilíngue busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida (SALLES et al, 2004, p.57).

O Bilinguismo defende o ensino de duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua majoritária na modalidade escrita, no entanto, elas não podem acontecer de modo simultâneo. Primeiro a Língua de Sinais precisa ser tomada, de modo teórico-prático, como a língua natural dos surdos (L1) e, só depois da aprendizagem da língua de sinais, é que o surdo deverá ter acesso a Língua Portuguesa (L2), no caso do Brasil, na modalidade escrita.

---

\*\* “Quando falantes de línguas diferentes se encontram, movidos apenas por interesses comerciais, eles desenvolvem espontaneamente uma língua de emergência bastante rudimentar, denomina *pidgin*” (Castilho, s.d, p. 36, grifos nossos). No caso de LIBRAS, a necessidade de comunicação entre o falante e o surdo, faz surgir essa linguagem rudimentar.

O interesse do Bilinguismo não se resume apenas em estabelecer uma comunicação efetiva, mas propor um ensino de língua pautado nas relações sociais e culturais dos surdos, por isso, faz-se primordial a utilização da LIBRAS como L1, tendo em conta que, ignorar a Língua de Sinais significa impor um apagamento identitário e uma negação das diferenças, sejam elas no campo cultural ou social.

O objetivo central da Educação Bilíngue é que:

[...] a criança surda possa ter um desenvolvimento equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. Pode-se dizer que educação bilíngue ainda é recente, pois sua aplicação não é simples, exige cuidados especiais, formação de profissionais habilitados, intérpretes e nem sempre é possível conseguir todas essas exigências. A filosofia bilíngue possibilita também que, dada à relação entre o adulto surdo e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se inteirar numa comunidade de ouvintes. (MOURA, 2000, p.105).

Diante do exposto, percebemos que o Bilinguismo não é uma filosofia de separação, de ruptura entre comunidade ouvinte e comunidade surda. O que a abordagem propõe é que os surdos tenham o direito de utilizar a sua língua sem simplificação ou modificação e possa, também, ter acesso a Língua Portuguesa na modalidade escrita, em razão dela funcionar como uma segunda porta de diálogo entre surdo e ouvinte. O surdo precisa dialogar com a cultura ouvinte sem ter a obrigação de dissipar o seu “eu”, afinal, muitos aspectos da sociedade ouvinte também lhe diz respeito, ao mesmo tempo em que muitas características lhe são peculiares.

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

No tópico anterior, foram discutidas algumas noções sobre o sentido de cultura relacionada ao campo da Natureza, da História e da Antropologia. Logo em seguida realizamos um percurso sobre a história e educação dos surdos, com ênfase em três abordagens/metodologias: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

Após o processo de leitura e escrita que foi realizado para efetuar o tópico anterior, acreditamos que o Bilinguismo é a opção mais viável de ensino de língua para os surdos, se considerarmos que ela possibilita a aprendizagem de duas línguas (L1 e L2) cada qual no

tempo oportuno e com a profundidade necessária. A abordagem Bilíngue é importante, também, pela carga Multicultural e intercultural que ela carrega, isto é, ela não apenas valoriza a Língua de Sinais, como propõe um intercâmbio cultural entre surdos e ouvintes, acoplados em diferentes eixos culturais: raça, gênero, classe etc.

Vale salientar que este estudo entende a cultura no seu sentido histórico e antropológico, discutido no primeiro tópico da fundamentação teórica.

Pelo viés da História acreditamos que a cultura é perpassada por relações de poder e pelas condições materiais de produção; ela é o resultado da luta entre classes antagônicas com objetivos distintos: uma classe busca a quebra de qualquer tipo de opressão, enquanto a outra almeja mantê-la. Num processo interpretativo, compreendo que o oralismo, ao manter o ensino de língua monopolizado, reproduz a cultura do dominante, com suas respectivas ideologias de deficiência. A Comunicação Total, por sua vez, revela uma pequena ruptura provocada pela luta de coadjuvantes e, talvez por isso, a supremacia da expressão linguística por vias orais continuou a reinar. O Bilinguismo, todavia, é o máximo de quebra ideológica que conseguimos alcançar na atualidade; a proposta bilíngue, se aplicada coerentemente, permite que os verdadeiros protagonistas possam contar suas histórias, possam vivenciar sua cultura e ler o mundo pelos próprios olhos, numa relação de inclusão e respeito às diferenças.

A Antropologia diz que a cultura é fruto da capacidade que o ser humano tem em presentificar o ausente através de uma ordem simbólica e, diz, ainda, que existem inúmeros modos desse contrato simbólico se efetuar, um deles é a língua (as palavras ditas e expressas dentro de uma comunidade).

A cultura é definida como um campo de forças subjetivas que se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade etc. Os elementos culturais constituem-se a mediação simbólica que torna possível a vida comum. (SÁ, 2006, P.108).

É preciso ter em mente que a(s) cultura(s) surda(s) se traduz(em) por mecanismos visuais: sua língua, seu modo de sentir, de ler e de se relacionar com o mundo. O campo de forças subjetivas culturais é minado no Oralismo, haja vista que a Língua portuguesa oral, para os surdos, não presentifica o ausente; não funciona como contrato simbólico; afinal, eles não têm nenhum suporte gesto-visual que possibilite o diálogo entre a sua leitura de mundo e a realidade linguística dos ouvintes. Na Comunicação Total os surdos conseguem estabelecer

uma melhor comunicação, porém apresentam dificuldades na leitura e escrita. Ao que parece surdo e ouvinte conseguem fazer decodificações simplificadas, porém, tanto o primeiro quanto o segundo não conseguem adentrar no universo cultural do outro, dado que, falta a ambos utilizar a lente do outro nos seus próprios olhos para criar o simbólico. No Bilinguismo essa relação entre o “eu” e o “outro” é estabelecida de modo mais harmônico e coerente, basta ver o processo intercultural que ele provoca. A perspectiva intercultural:

É a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade. [...] Rompe com uma visão das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas são históricas e dinâmicas. Não fixam pessoas em determinado padrão cultural engessado. [...] na sociedade que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras (CANDAUI, 2008, p. 22-23).

Se assumirmos a ideia de que a identidade cultural não é estática e que ela é um processo em constante construção/reconstrução, entenderemos como o ensino de língua pela abordagem bilíngue é importante, dado que, apesar do surdo e do ouvinte compartilhar uma mesma raiz cultural referente à identidade Brasileira, eles apresentam diferenças que devem ser valorizadas.

O Bilinguismo, ao defender a Língua de Sinais como L1, quebra um padrão cultural engessado e permite que seja valorizado um novo modo de criar uma ordem simbólica. Ao propor que a Língua Majoritária seja ensinada como L2, permite que o surdo possa conversar com a cultura ouvinte através de outras modalidades linguísticas, afinal, não podemos exigir uma educação exclusivamente gesto-visual, pois a cultura seria novamente engessada. Estaríamos, portanto, caindo, no mesmo erro do oralismo que defende o uso exclusivo da fala.

Para finalizar esse tópico e para dar voz aos próprios surdos, trago um recorte de uma entrevista realizada pela Editora Arara Azul com a pedagoga surda (Karin Strobel).

É uma benção de Deus em existir uma língua visual, com expressão corporal. Esta língua me abriu as portas para o mundo surdo e também de ouvintes [...]. Acredito que Libras também é uma porta para a interculturalidade entre os surdos e os ouvintes, pois os sujeitos surdos necessitam de intérpretes, família, amigos e professores que os entendam (STROBEL, 2008, *on-line*).

Nesse primeiro momento a pedagoga responde o que a Língua Brasileira de Sinais representa para ela: LIBRAS é o meio pelo qual ela lê o seu mundo e o do ouvinte; é o instrumento que promove a interculturalidade e a alteridade entre surdos e ouvintes. Por isso não se deve excluir nem uma língua nem outra, desde que o ensino seja promovido na sua ordem correta. A seguir Strobel discursa sobre a cultura surda.

A cultura surda se refere a comportamentos, valores, regras e crenças, que permeiam e "preenchem" nas comunidades surdas. Dentre os artefatos principais da cultura surda estão às experiências visuais e as linguísticas que são essenciais para o povo surdo. A cultura surda também pode incluir a história dos surdos, as piadas em língua de sinais e expressões faciais/corporais, a literatura surda, a arte surda [...]. (STROBEL, 2008, *on-line*).

Nesse segundo trecho, a entrevistada deixa claro o quanto considera as especificidades culturais da comunidade surda, ao mesmo tempo em que aponta a língua e a visão como principais artefatos culturais.

Apesar do surdo, como já foi dito, desenvolver sua identidade cultural sob o viés de alguns valores da comunidade ouvinte, ele também se vê imbricado por organizações sociais, produções culturais e percepções linguísticas distintas. Por exemplo, tanto o surdo quanto o ouvinte brasileiro, em sua maioria, compartilham os mesmos valores do matrimônio monogâmico. Em contrapartida, suas percepções de barulho são completamente dessemelhantes: enquanto para o ouvinte o barulho é uma infinidade de sons produzidos simultaneamente por várias pessoas, para o surdo, o barulho se traduz como uma variedade de gestos e expressões exercidos por muitos seres humanos concomitantemente.

Em resumo, no meio das semelhanças, existe um "eu" diferente que precisa ser ouvido diante de uma sociedade que ainda se mantém surda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início desse artigo foi mencionado o quanto a história dos surdos é marcada por tensões/conflitos e o quanto somos perpassados pela incerteza de avanços ou retrocessos. De fato, é comum tal incerteza, posto que as discussões que foram propostas revelaram a instabilidade que há entre valorizar/não valorizar a identidade surda e incluir/excluir os surdos.

Diante desse ambiente conflituoso, concluímos que o diálogo entre língua e cultura, de fato, possibilita uma melhor compreensão sobre qual abordagem/metodologia de ensino de línguas é mais eficiente para os surdos, ao mesmo tempo em que, tomar a língua como um elemento cultural nos ajuda a entender o quanto é importante que a Língua de Sinais exerça o papel de Língua natural (L1) dos surdos.

Vale salientar que, os objetivos ao qual nos propomos foram alcançados, afinal, conseguimos analisar as noções de cultura e a sua relação com as principais abordagens/metodologias educacionais direcionadas aos surdos. Notamos que o conceito Cultura-História e Cultura-Antropologia corroboram com a necessidade de uma prática bilíngue na escola, ao mesmo tempo em que nos auxilia a defender tal prática teoricamente.

Através do percurso histórico realizado no segundo tópico da fundamentação teórica, obtivemos respostas coerentes sobre os aspectos positivos ou/e negativos de cada abordagem/metodologia (Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo) de ensino de línguas. Atentamo-nos para o fato de que não há positividade no oralismo, pois ele trabalha com o monopólio da língua oral e com a falta de representatividade da identidade cultural surda. A Comunicação Total é positiva por negar a surdez como patologia ou deficiência e por permitir qualquer recurso que possibilite a comunicação; é negativa por não oferecer ao surdo duas línguas de modo aprofundado, mas uma espécie de *pidgin* mal elaborado e mal estruturado. O Bilinguismo, até hoje, é a proposta mais coerente e com maior positividade, pois, permite o aprofundamento de duas línguas no tempo e na ordem adequada: Língua de Sinais como L1 e Língua Majoritária como L2; há uma negatividade referente à escassez de formação profissional que atenda o perfil da referida abordagem.

Assinalamos, também, nesse momento, a importância que a prática bilíngue exerce na valorização das diferenças culturais, porquanto, ela é a única abordagem que: possibilita o verdadeiro diálogo intercultural entre falante e ouvinte; consegue quebrar, de modo mais intenso, a ideologia da deficiência e da intolerância as diferenças; permite que os surdos efetuem sua criação simbólica (presentificação do ausente) através da sua própria leitura de mundo (da Língua de Sinais enquanto L1).

A entrevista, publicada pela Editora Arara Azul, nos proporcionou o alcance de um dos nossos objetivos específicos: ilustrar, a partir da visão do surdo, o que significa a Língua de Sinais e a Cultura. Esse objetivo deu a esse trabalho um teor mais prático, haja vista que, saímos da mera teoria ao viabilizar a voz do próprio surdo. A entrevista de Strobell confirma a nossa ideia de que a Língua de Sinais (LIBRAS, no caso do Brasil) é muito mais que uma língua, ela é cultura em toda a sua extensividade.

Por fim, todos esses alcances nos direcionaram a concretização do nosso último objetivo específico: auxiliar na desconstrução da ideia de deficiência atrelada aos surdos, ao mesmo tempo em que faz uma retomada ao título desse artigo: O surdo e o ensino da Língua de Sinais: diferença ou deficiência?

A surdez não é uma deficiência, mas uma diferença; não é uma incapacidade ou patologia que precisa ser curada, mas uma distinção perante o que a sociedade majoritária tem como “normalidade”. Distinção essa, que adentra, principalmente, no campo linguístico, portanto, reforçamos, mais uma vez, a necessidade da abordagem bilíngue no cenário escolar.

Apesar dos embates, das aplicações recentes do Bilinguismo no espaço escolar e de um processo de formação ainda precário, cabe a nós, enquanto pesquisadores e professores, lutar pela inserção do Bilinguismo nas escolas brasileiras. Isso não é uma espécie de atitude heroica, mas um ato de humanização, de alteridade e de valorização da cultura do “outro”.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. IN: CANDAU, V.M; MOREIRA, A.F. (Orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13-37.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CICCONI, M. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIBERALI, F.C; LIBERALI, A.R.A. Para pensar a metodologia de pesquisa nas ciências humanas. **Revista das Faculdades Integradas Coração de Jesus**. Santo André, SP, v.1, n.1, p.17-33, jun./dez. 2011. Disponível em <<http://www.fainc.com.br/interfainc/revista/inter01.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Trad. Marilda Winkler Averborg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOURA, M. C. de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SÁ, N. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SALLES, H.M. L, et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC-SEESPE, 2004.

SILVA, A.C. NEMBRI, A.G. **Ouvindo o silêncio**: surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

STROBEL, K. **Entrevista com Karin Strobel concedida a Editora Arara Azul**. Revista Virtual de Cultura Surda: Editora Arara Azul. Petrópolis, RJ, v. 5, n. 3, *on-line*, nov. 2008. Disponível em <[http:// editora- arara- azul. com.br/site/edicao/102](http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/102)>. Acesso em 15 de Dezembro De 2017.